

DESP
9/13/97
50p
A-28

AMBIENTE

Corredores ecológicos vão proteger florestas

Projeto do Ministério do Meio Ambiente, entregue ao Banco Mundial, prevê controle dos recursos naturais existentes na Amazônia e na mata atlântica e deve começar a funcionar em julho

CRISTIANE SEGATTO

Sete corredores ecológicos destinados à conservação da biodiversidade das florestas serão criados na Amazônia e na mata atlântica nos próximos meses. O projeto do Ministério do Meio Ambiente, entregue em fevereiro ao Banco Mundial, prevê o controle sobre a exploração de recursos naturais encontrados em 168,7 milhões de hectares (19% do território nacional). Segundo o cronograma, dois corredores iniciais serão instituídos em julho.

A idéia é reunir parques nacionais, estações ecológicas, reservas e áreas de proteção em grandes bolsões de conservação. Os corredores englobam também áreas indígenas, terras ocupadas por posseiros e garimpeiros e propriedades particulares. Por essa razão, conflitos de interesse devem eclodir em vários trechos.

Embora pretenda conter a destruição das florestas tropicais nos trechos estabelecidos, o programa não tem a intenção de impedir a exploração dos recursos naturais pelas populações locais. O projeto segue o conceito de desenvolvimento sustentado defendido

pela maioria dos ambientalistas, organizações não-governamentais e fundos internacionais de financiamento.

Os técnicos querem oferecer aos moradores atividades econômicas pouco agressivas ao ambiente e convencer grandes proprietários a manter terras intocadas em troca de incentivos fiscais. O Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras (conhecido por PP/G7) será financiado pelo General Environmental Facility (GEF) do Banco Mundial e por um consórcio de bancos europeus.

Um total de US\$ 44 milhões já foi prometido pelos analistas do GEF. O dinheiro será suficiente para a efetivação de dois corredores iniciais. O trecho de mata atlântica entre o recôncavo baiano e sul do Espírito Santo consumirá US\$ 12 milhões. Os outros US\$ 32 milhões seguirão para a área do

corredor central da Amazônia, que compreende o Parque Nacional de Jaú e trechos cortados pelo Rio Solimões. A administração do programa ficará a cargo do ministério e do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Os sete corredores contêm mais de



75% da biodiversidade das florestas tropicais brasileiras. Os ambientalistas apontam esse projeto como a iniciativa mais significativa do governo federal desde a Rio-92. Prós e contras de projetos como esse serão discutidos durante a Rio+5, o encontro de entidades civis de todo o mundo, que será

realizado no Hotel Sheraton entre os dias 13 e 19.

"Vamos estabelecer estratégias para conseguir o apoio de indígenas e proprietários particulares", disse o presidente do Fundo para a Biodiversidade (Funbio), Gustavo Fonseca, que coordenou o estudo encomendado pelo mi-

nistério. O traçado dos corredores foi definido por pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e da Universidade de Brasília (UnB) com o apoio da Sociedade Civil de Mamirauá (uma organização não-governamental da Amazônia) e da Conservation International, entidade

civil com escritórios em 30 países.

Posseiros — Os encarregados da execução do programa enfrentarão dificuldades diferentes nos vários trechos. Grande parte das terras da Amazônia pertencem ao governo e não exigem recursos para desapropriação. Por outro lado, os técnicos terão de negociar com posseiros e garimpeiros em regiões conturbadas como o sul do Pará, o Acre e Roraima. O Estado de Rondônia, outro foco permanente de tensão, exigirá o difícil convencimento de índios explorados por madeireiras.

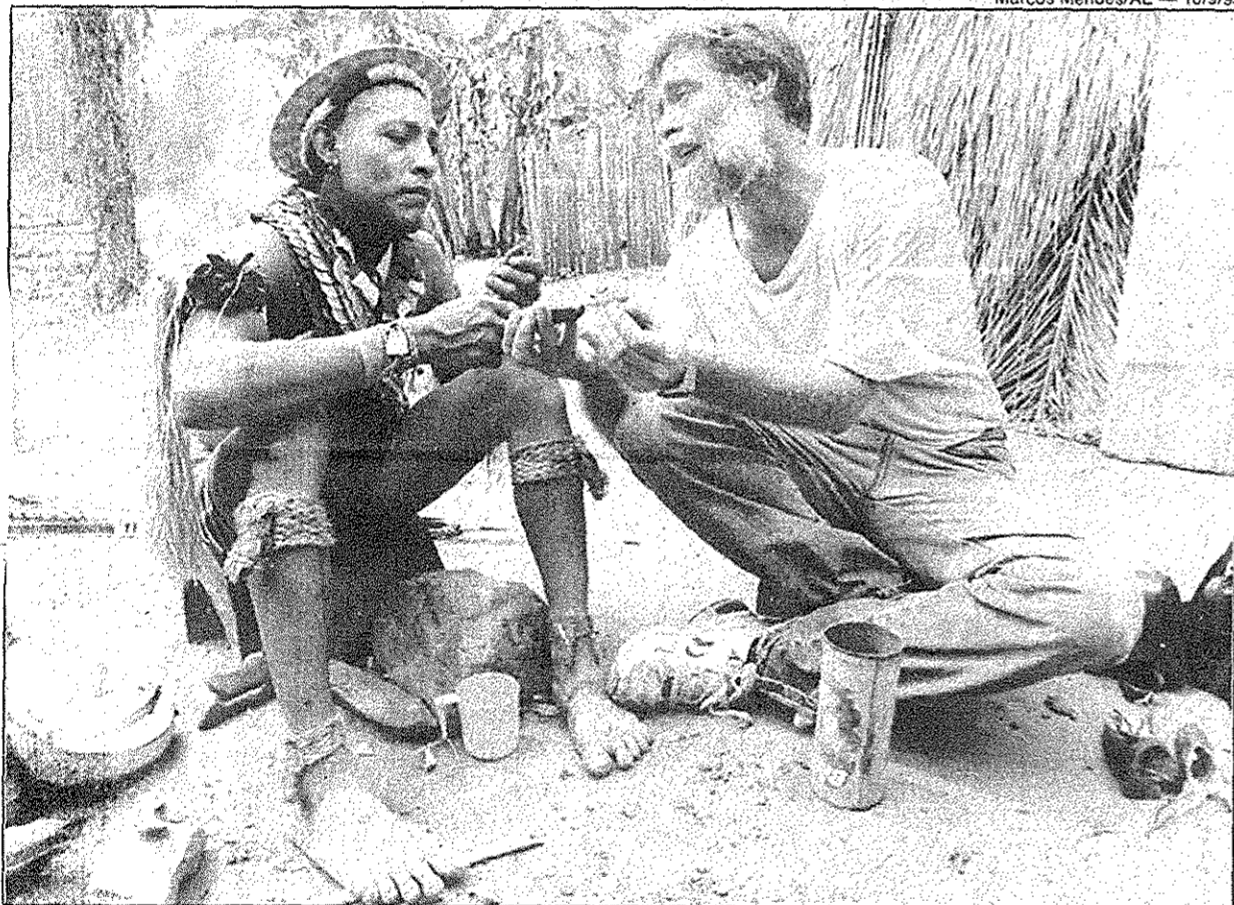
"A extração de borracha, castanha e até mesmo de madeira é perfeitamente compatível com a preservação da biodiversidade", acredita o biólogo da UFMG e pesquisador da Conservation International André Hirsch. "Contanto que seja realizada de forma planejada e gradual", explica.

Na mata atlântica, os custos de desapropriação tornaram inviável o projeto. A alternativa será estimular a criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN). Por esse instrumento, os fazendeiros continuam responsáveis pelas propriedades com a condição de não alterá-las e permitir atividades de pesquisa e ecoturismo. Em troca, eles recebem incentivos como redução de Imposto Territorial Rural (ITR) e créditos agrícolas aplicáveis a outras áreas.

Segundo Fonseca, esse mecanismo funciona muito bem em regiões onde os fazendeiros temem invasões de sem-terra, como no sul da Bahia. "Grandes florestas dentro de propriedades podem ser consideradas improdutivas", comentou. "Com medo da reforma agrária, os proprietários aceitam a idéia das RPPN", concluiu.



PROGRAMA INCLUI ÁREAS INDÍGENAS



O sertanista Marcelo dos Santos com um índio isolado: "O projeto dos corredores é interessante"



Mata atlântica: nesse trecho, a alternativa será estimular a criação de reservas particulares

Projeto acirra disputa com indigenistas

Defesa do ambiente choca-se com necessidade de preservação de índios que exploram madeira

A criação dos corredores ecológicos pode acirrar uma disputa antiga entre ambientalistas e indigenistas. Na Amazônia, esses trechos de conservação vão englobar 122 áreas indígenas oficiais e outras 27 não oficiais. No caso da mata atlântica, há mais 40 territórios indígenas (sendo 28 oficiais). Projetos de desenvolvimento sustentável dentro dessas regiões exigirão negociações difíceis entre o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e a Fundação Nacional do Índio (Funai).

Choques de interesse entre os dois grupos aparecem até mesmo nas leis que regulamentam a questão. O Estatuto do Índio assegura aos silvícolas o direito de caçar, pescar e explorar os territórios demarcados. Enquanto isso, o Código de Florestas impede a destruição de áreas protegidas. "A Funai contesta o código florestal porque acha que as leis brasileiras não se aplicam às áreas indígenas", comenta o professor de ecologia do Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo (USP) Paulo Nogueira Neto.

A idéia de que os índios seriam os maiores defensores dos recursos naturais do País sobreviveu entre a opinião pública e parte das organizações não-governamentais até a Rio-92, a conferência sobre



Exploração de madeira na Amazônia: índios consideram derrubada da mata atividade rentável

ambiente que reuniu chefes de Estado do mundo todo.

Cinco anos depois, esse pressuposto mostra-se muito enfraquecido. "A Rio-92 sofreu forte influência dos europeus, que herdaram de Rousseau a velha noção do sel-

vagem feliz com a natureza", explica Nogueira Neto, atual vice-presidente do Fundo Mundial para a Natureza no Brasil (WWF) e ex-secretário nacional do Meio Ambiente entre 1974 e 1986.

Após o contato com a civiliza-

ção, os índios incorporam as mesmas necessidades de consumo dos caboclos. O comércio de madeira aparece como única atividade econômica rentável e estimula a derrubada das florestas e a exploração dos índios pelas madeireiras.

Os nhanbiquaras de Vilhena (RO) aniquilaram toda a madeira da região e agora vivem de extrair palmito. Várias etnias da Amazônia vivem o mesmo processo.

Nesse contexto, o acesso a projetos de exploração racional dos recursos restantes pode interessar às comunidades. "Agora que já dilapidaram quase tudo, os índios receberiam com satisfação os projetos de desenvolvimento sustentável", acredita o sertanista Marcelo dos Santos, coordenador de proteção a índios isolados da Funai em Rondônia.

"O projeto dos corredores é interessante mas depende de qualificação técnica e fiscalização eficiente por parte do Ibama, o que hoje é uma barbárie", comenta. O Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), uma rede de 300 ONGs da Amazônia Legal, apóia o projeto mas também aponta dificuldades de execução. "Atritos em várias áreas vão exigir um trabalho de convencimento para aplicar o programa", afirma um dos coordenadores do GTA, Fábio Vaz de Lima.

Os responsáveis pelo projeto do Ministério do Meio Ambiente argumentam que os corredores não significam ingerência do Ibama sobre áreas indígenas. "Não estamos invadindo territórios indígenas, cuja administração cabe inteiramente à Funai", sustenta Nogueira Neto. Se os índios quiserem continuar devastando seus territórios em ritmo acelerado, os idealizadores dos bolsões ecológicos nada poderão fazer. A proposta conciliatória de Nogueira Neto já está pronta: "Que vendam a madeira, mas não sejam explorados."